

## O PAPEL ÉTICO DO PROFESSOR NO ENSINO RELIGIOSO EM SALA DE AULA

Dr. Anderson Frezzato<sup>1</sup>  
Michelly Leopoldino de Oliveira<sup>2</sup>  
Kamila Faria Carvalho de Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente estudo avaliou o papel ético do professor no ensino religioso em sala de aula, começando com uma análise histórica no Brasil. Em seguida, trouxe as responsabilidades éticas dos professores, os desafios enfrentados na disciplina e estratégias para promover um ensino ético nesse contexto, sendo que dentro desta temática foi abordada a interdisciplinaridade e demais quesitos como aliadas em sala de aula. A problematização centrou-se nos desafios que os educadores encontram ao trabalhar o ensino religioso na sala de aula, por motivos muitas das vezes pessoais, sendo que esses profissionais trazem consigo suas crenças e as crianças trazem de casa uma bagagem cultural e religiosa também, podendo diferenciar-se uns dos outros, tendo que lidar com a diversidade, aprendendo o respeito mútuo. O objetivo geral foi trabalhar a ética e o ensino religioso numa perspectiva pedagógica. A metodologia adotada caracterizou-se por uma pesquisa de revisão bibliográfica, podendo assim dialogar com diversos autores que trabalham a temática. Os resultados mostram as responsabilidades que o professor tem ao trabalhar o ensino religioso sem se deixar influenciar pela sua crença, os desafios que encontram em sala de aula, e as estratégias que podem utilizar para ensinar as diversas religiões, podendo optar por um ensino interdisciplinar. As considerações finais ressaltaram que, apesar dos desafios encontrados, os profissionais podem utilizar-se de estratégias significativas em sala de aula, podendo assim, mudar a forma tradicional de ensinar e aprender o Ensino Religioso.

**Palavras-chave:** ética, ensino religioso, professor, desafios.

### ABSTRACT

The present study evaluated the ethical role of the teacher in religious teaching in the classroom, starting with a historical analysis of it in Brazil. Then, it brought up the ethical responsibilities of teachers, the challenges faced in the discipline and strategies to promote ethical teaching in this context, within this theme interdisciplinarity and other issues were addressed as allies in the classroom. The problematization focused on the challenges that educators encounter when working on religious education in the classroom, for reasons that are often personal, given that these professionals bring their beliefs with them and children bring cultural and religious background from home as well, which can differentiating themselves from each other, having to deal with diversity, learning mutual respect. The general objective was to work on ethics and Religious Education from a pedagogical perspective. The methodology adopted was characterized by a bibliographical review research, thus being able to dialogue with different authors who work on the topic. The results show the responsibilities that teachers have when working on Religious

---

<sup>1</sup>(Professor Orientador) - Doutor em Teologia pela Puc-SP. Professor da Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais – Puc-Campinas

<sup>2</sup> Licenciatura em Pedagogia – Puc-Campinas.

<sup>3</sup> Licenciatura em Pedagogia – Puc-Campinas.

Education without being influenced by their beliefs, the challenges they encounter in the classroom, and the strategies they can use to teach different religions, being able to opt for interdisciplinary teaching. The final considerations highlighted that, despite the challenges encountered, professionals can use significant strategies in the classroom, thus being able to change the traditional way of teaching and learning Religious Education.

Keywords: ethics, religious teaching, teacher, challenges.

## INTRODUÇÃO

O ensino religioso, enquanto componente curricular de oferta obrigatória, porém matrícula facultativa e presente na grade escolar de muitas instituições, desempenha um papel significativo na formação ética e moral dos estudantes. Segundo Junqueira, Brandenburg e Klein (2017) não é apenas uma disciplina isolada, mas sim uma identidade construída ao longo da história da educação brasileira, desde o período colonial, com a introdução do cristianismo feita pelos colonizadores europeus aos indígenas nativos e aos povos africanos. Foi utilizado como uma ferramenta de catequização e imposição cultural dos padres jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega. Conseqüentemente, a religião oficial do Império Brasileiro era a Católica Apostólica Romana, que se fazia fortemente presente na educação nacional. Porém, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a separação entre Estado e Igreja, o ensino foi definido por lei na Constituição de 1891 como laico e público, removendo o catolicismo do poder e garantindo a liberdade religiosa para todos os cidadãos.

Essa relação inicial entre o ensino religioso e a colonização estabeleceu as bases para sua inserção no sistema educacional brasileiro. Na pedagogia atual, o ensino religioso é abordado não apenas como transmissão de dogmas religiosos, mas como uma possibilidade de promover valores universais de respeito, tolerância e compreensão intercultural.

Nesse contexto, o professor assume uma posição central como responsável por orientar as reflexões em relação a questões éticas, morais e religiosas no ambiente escolar. Contudo, o exercício desse

papel ético não está isento de desafios e dúvidas, especialmente na sociedade multicultural em que vivemos atualmente. Em um cenário marcado pela diversidade de crenças e valores, é imprescindível que cada docente deva entrar na sala de aula com uma postura mentalmente aberta, trabalhando de forma inclusiva com as diversas religiões, evitando qualquer tipo de preconceito religioso, proselitismo ou imposição de uma determinada visão.

Com isso, o presente artigo tem como finalidade abordar sobre esse papel ético do professor no Ensino Religioso em sala de aula, discutindo as responsabilidades éticas do docente, tais como a necessidade de neutralidade ao abordar os temas, o respeito à diversidade de crenças dos alunos, e a promoção de um diálogo aberto e equitativo com a turma. Em seguida, são abordados os desafios éticos no Ensino Religioso, abrangendo a problemática dos preconceitos e estereótipos e os dilemas éticos relacionados à laicização do país, sendo fundamental reconhecer os desafios decorrentes da diversidade religiosa, e a partir disso, promover a consciência crítica dos alunos.

Além de enfrentar responsabilidades e desafios, é essencial abordar as estratégias que visam promover um ensino religioso ético. Isso implica investir na formação continuada dos professores, utilizar recursos didáticos apropriados e orientar os educadores sobre como abordar a religião de maneira leve e sem qualquer intolerância religiosa. Essas medidas são cruciais para assegurar uma abordagem respeitosa e inclusiva da diversidade religiosa no ambiente escolar.

### **1. Responsabilidades Éticas do Professor.**

O ato de lecionar é uma tarefa desafiadora e complexa, pois os professores precisam entrar em sala de aula cientes que lidarão com uma variedade de personalidades, realidades e pensamentos, tanto dos alunos quanto de suas famílias. Lidar com questões de religiosidade adiciona uma camada ainda mais complexa, especialmente em um país que por lei é considerado laico e abriga uma variedade de crenças.

O Ensino Religioso, embora o nome possa sugerir uma abordagem centrada em religião, atualmente ultrapassa essa visão tradicional. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o ensino religioso deve abordar temas éticos e morais, explorando aspectos das culturas, da política, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. Essa disciplina valoriza conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, com o objetivo de entender e explicar a realidade. Ela utiliza métodos das ciências, como investigação, reflexão, análise crítica, imaginação e criatividade, para explorar causas, testar hipóteses e adquirir conhecimentos e experiências que auxiliem os alunos a fazerem escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

No entanto, é importante ressaltar que se trata de um tema delicado que requer uma abordagem cautelosa por parte dos educadores, uma vez que lida com questões de fé, crenças e valores pessoais para os alunos. Isso impõe certas responsabilidades éticas ao professor que ministra essas aulas, que vão além da transmissão desse conhecimento acadêmico; incluem também o papel de orientar os alunos no desenvolvimento de sua personalidade.

A formação da personalidade ética das crianças e adolescentes é uma questão de extrema importância, pois as atitudes e comportamentos morais adquiridos podem moldar sua vida adulta. Dentro dessa perspectiva, o papel do professor é fundamental na promoção da educação moral dos alunos, pois ele desempenha um papel central no processo de transmissão de valores e na orientação do desenvolvimento ético das crianças.

Com isso, podemos salientar que uma das responsabilidades éticas do professor dentro do Ensino Religioso é a neutralidade para que essa educação moral venha a ser conduzida de forma imparcial e respeitosa com relação às diversas tradições e crenças religiosas. Isso assegura que os alunos desenvolvam uma compreensão ética equilibrada, baseada em valores universais, em vez de serem influenciados por uma perspectiva religiosa específica. A neutralidade permite que as crianças explorem diferentes pontos

de vista morais e filosóficos, promovendo um ambiente onde possam refletir criticamente sobre suas próprias atitudes e comportamentos, bem como os de outras pessoas.

Porém, é preciso lembrar que a neutralidade precisa existir prioritariamente no ensino público, devido à laicidade<sup>[1]</sup> do país. O sistema de educação pública é interconfessional, ou seja, não privilegia nenhuma religião em particular e busca proporcionar uma educação “igualitária” a todos os alunos, independente de suas crenças, abordando conteúdos sobre os principais grupos religiosos. É regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Dantas (2004) afirma que esse modelo interconfessional possui três características fundamentais. Ele menciona o trânsito religioso, que consiste na tendência de as pessoas frequentarem diferentes religiões, refletindo o pluralismo religioso da sociedade atual. Isso está em consonância com a ideia de não privilegiar uma única fé no ensino público, permitindo aos alunos explorar diversas práticas religiosas.

Outra característica que o autor aborda é a privatização do sagrado, onde cada pessoa cria sua própria religião ou visão espiritual baseada nas preferências individuais, sugerindo que o Ensino Religioso deva respeitar a liberdade de crença e a diversidade de interpretações espirituais entre os alunos.

Por fim, Dantas (2004) discute a ampliação e deslocamento do sagrado, sendo a atribuição de sentido religioso a aspectos como ciência, arte, esporte, entre outros, sendo uma abordagem que reconhece a possibilidade de encontrar significado espiritual em áreas da vida que não são tradicionalmente consideradas sagradas, promovendo uma visão mais inclusiva e abrangente da espiritualidade, abrindo relações entre o divino e o profano.

No entanto, Dantas (2004) também discute sobre a proposta do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)<sup>[2]</sup> sobre o modelo interconfessional, apontando que ele pode conflitar com filosofias de vida e tradições religiosas que não têm um Deus ou ser transcendente/divino como centro de suas crenças. Isso pode representar um desafio para a implementação de um ensino religioso inclusivo e neutro, pois nem todas as tradições religiosas se baseiam em conceitos divinos ou transcendentais. Ao

considerar essa perspectiva, percebe-se a importância da neutralidade do professor durante o ensino, permitindo que os alunos se sintam à vontade para discutir suas diferentes opiniões e crenças. Portanto, o respeito a essa diversidade religiosa se configura como uma das várias responsabilidades éticas do professor em sala de aula.

Uma pesquisa realizada há quatro anos pelo Datafolha revelou que a religião predominante no Brasil ainda é o catolicismo, com aproximadamente 50% da população se identificando como católicos. Em seguida, os evangélicos representam cerca de 31%, enquanto aproximadamente 10% dos brasileiros declararam não ter religião. Além disso, a pesquisa destacou a presença de outras crenças, como o Espiritismo (3%), seguido pelas religiões afro-brasileiras, como Umbanda e Candomblé (2%), representações menores de ateus (1%), outras religiões (2%), e a judaica (0,3%). Embora o catolicismo continue sendo a religião predominante, é importante repensar essa dinâmica em sala de aula, a fim de dar visibilidade às outras religiões e seus costumes. Mesmo para aqueles que pertencem a uma religião majoritária, é fundamental reconhecer que podem existir práticas e tradições de outras religiões que influenciam suas vidas diárias, muitas vezes de maneira imperceptível. Por exemplo, mesmo que alguém se identifique como católico, pode adotar costumes ou rituais de outras tradições religiosas sem necessariamente estar ciente disso, e isso pode acontecer através de influências culturais, como festivais, celebrações ou práticas alimentares que têm origem em diferentes religiões.

Portanto, ao reconhecer a presença e a influência dessas práticas no cotidiano, é possível promover o conhecimento e o respeito pelas diversas crenças religiosas, o que se revela essencial para a formação de uma consciência mais crítica entre os estudantes. É neste momento que entra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde oferece determinados direcionamentos que podem ser explorados desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Mas por outro lado, também temos os casos das escolas privadas, que têm a liberdade de adotar publicamente uma crença religiosa ou associar-se a uma congregação, seja católica, protestante ou de outra fé, denominadas confessionais. Quando uma escola é confessional, significa que sua identidade e

valores estão fundamentados em uma determinada crença religiosa. Tais instituições não podem discriminar o acesso a estudantes com base em sua religião, nem impor suas convicções aos pais e alunos, e assim como as escolas da rede pública, elas também devem respeitar a legislação vigente presente no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). De acordo com Camargo (2015), a matrícula no ensino religioso pode ser obrigatória dependendo das políticas e características específicas da instituição e de sua mantenedora, conforme descrito na Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar. Isso significa que as escolas confessionais, que têm uma afiliação religiosa específica, podem exigir que todos os alunos participem das aulas de Ensino Religioso como parte integrante do currículo. Nesse contexto, os pais que matriculam seus filhos em uma escola confessional geralmente concordam com a proposta de ensino religioso apresentada pela instituição. Ao escolher essa escola, eles estão conscientemente optando por um ambiente educacional que reflita seus valores e passem uma educação de acordo com esses princípios.

Mesmo em escolas privadas confessionais, os educadores ainda carregam importantes responsabilidades éticas. É fundamental promover um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, onde as diferentes perspectivas religiosas sejam consideradas e discutidas de forma equitativa. Embora a escola tenha uma identidade específica, os alunos precisam ser encorajados a explorar outras visões de mundo e a compreender a diversidade religiosa existente, pois será através do conhecimento que se promoverá o respeito.

Além disso, é importante ressaltar que nem todo professor que trabalha em uma escola confessional necessariamente compartilha da mesma religião da instituição, o que acrescenta a responsabilidade de lidar de forma sensível com as convicções religiosas da escola em que atuam.

## **2. Desafios éticos no ensino religioso**

Ensinar, em si, já é um desafio, lidando com diferentes situações em sala de aula e variados contextos. No ensino religioso, é necessário que o educador não apenas domine os conhecimentos, mas

também esteja preparado filosoficamente e até emocionalmente para exercer o papel de ensinar. Neste cenário, os desafios éticos emergem, se tratando de um componente curricular destinado a questionar e refletir sobre a ética e a moralidade da sociedade, o que certamente não será algo fácil. É claro que os temas abordados serão diferentes conforme os ciclos escolares, e as abordagens também variarão. No entanto, ser um desafio não significa ser impossível. Questões profundas devem ser exploradas, mas como? O que abordar? Por onde começar? Salles e Gentilini (2018, p. 861) dizem que:

“Tais questões estão relacionadas a situações cotidianas como, por exemplo, a união homoafetiva, o feminismo, a liberação ou não das drogas e suas consequências, a discriminação étnica e de gênero, a violência generalizada, os crimes contra a natureza e os animais, a questão dos refugiados, o terrorismo, etc.”

Primeiramente, como exemplo podemos citar a existência dos preconceitos e estereótipos na sociedade. É um problema social presente em nossa sociedade a muito tempo, que são internalizados sem questionamento. No entanto, à medida que a sociedade avança, ganhamos mais liberdade para questioná-los e enfrentá-los. Cada um de nós temos a liberdade de escolher o que é certo e o que é errado, o que é bom ou mau. Esse é o processo de consciência moral e autocontrole, que permite decidir o que devemos fazer, de acordo com nossos valores. Com isso, o educador lidará com o desafio de se deparar com a bagagem cultural dos alunos, como os costumes e falas de familiares e até mesmo amigos.

Isso são temas que devem ser trabalhados inicialmente na formação acadêmica do educador, para que ele não chegue à sala de aula reproduzindo os mesmos argumentos do senso comum, já que os próprios alunos podem ter esses pensamentos. É preciso estar de mente aberta, disposto a trabalhar o componente curricular de forma dinâmica e imparcial, abordando a religião como uma ciência a ser estudada. Esse será um desafio intrapessoal, ou seja, o profissional deve desenvolver essa capacidade dentro de si antes dos outros.



Salles e Gentilini (2018) reforçam que a disciplina de ensino religioso não deve estabelecer padrões de comportamento para a sociedade, nem orientar as escolhas. No entanto, é ela irá oferecer aos alunos a oportunidade de discutir os padrões em um ambiente de esclarecimento maduro, livre de qualquer forma de doutrinação religiosa. Não existem pilares fáceis e rápidos de se construir em uma escola, exigirá muito diálogo e muita aula expositiva, pois cada aluno trará consigo a sua verdade, e não há problema nenhum nisso, mas é importante respeitar as outras “verdades”.

Neste contexto, um desafio que se relaciona é o fato do Brasil ser um estado laico, que significa ser separado das instituições religiosas e não favorecer nem discriminar qualquer religião específica, mas isso apenas em teoria. Dentro das escolas públicas, o componente de ensino religioso muitas das vezes ainda carrega um caráter moralizante e dogmático como herança religiosa da colonização, ou seja, mesmo com o passar dos anos, os resquícios do acontecido ainda perseguem a educação nos dias atuais. Mesmo sendo um componente curricular de matrícula facultativa, não implicará que o ensino será neutro. Uma disciplina facultativa é aquela em que a participação dos alunos é opcional, ou seja, eles têm a liberdade de escolher se desejam cursá-la ou não. Geralmente, são oferecidas como complemento ao currículo principal. Cury (2004) pontua que para que a possibilidade de escolha seja exercida de fato, é fundamental que, dentro do ambiente regulado das instituições escolares, exista a oportunidade de optar entre o ensino religioso e outras atividades pedagógicas igualmente relevantes para aqueles que não escolherem participar da disciplina. Ou seja, que tenha o mesmo valor pedagógico. Isso pode incluir disciplinas que exploram temas como ética, filosofia, cidadania, história das religiões, entre outros. A laicidade é algo que pode ser considerado difícil de se implantar, mas não pode ser impossível.

### **3. Estratégias para Promover um Ensino Religioso Ético**

Cada aluno é único, com sua própria maneira de aprender e processar informações. Reconhecer essa diversidade é fundamental para potencializar o ensino-aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, a aplicação de diferentes estratégias pedagógicas se mostra essencial. Uma estratégia pedagógica não se limita apenas ao conteúdo didático, mas abrange todo o ambiente de aprendizado, desde a forma como o conteúdo é apresentado até a interação em sala de aula. É um plano, uma ideia de como ensinar de forma mais efetiva, considerando as necessidades individuais dos alunos e os objetivos educacionais. Dentro do Ensino Religioso, cada estratégia pedagógica adotada deve ser cuidadosamente selecionada para criar um aprendizado que respeite as diferentes visões. Portanto, é essencial que o professor, além de seguir o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, também tenha a habilidade de adaptar as estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades específicas daquela turma. O ensino não é um processo padronizado; ao contrário, é um desafio contínuo que requer experimentação e ajustes até encontrar o método mais eficaz para aquele grupo de alunos.

Inicialmente, uma boa abordagem pode envolver a busca pelos conhecimentos prévios dos alunos e a utilização do senso comum como ponto de partida para a construção do aprendizado. Cerca de 80% do nosso comportamento é baseado no senso comum adquirido por meio de experiências e evidências. Essa base de conhecimento contribui para a formação da consciência moral. No contexto do ensino religioso ético, é essencial reconhecer que os conhecimentos éticos são frequentemente transmitidos oralmente, em vez de serem formalizados em uma ética escrita.

Outra estratégia a ser considerada é a importância da formação continuada nas escolas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os conhecimentos e competências que as crianças têm o direito de desenvolver durante a educação básica, e a partir dela os estados e municípios precisam elaborar os currículos. Por isso, os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) precisam ser elaborados conforme esses currículos. Para que sejam implementados de fato e cheguem à sala de aula, é essencial que as formações continuadas com os profissionais da educação estejam sempre tratando sobre esses assuntos e se atualizando nas novas tendências. Os professores e gestores escolares precisam estar envolvidos na

elaboração dos documentos da escola e estudar detalhadamente cada assunto presente na educação religiosa de acordo com a BNCC e com o PPP da escola, promovendo um aprofundamento contínuo. Isso inclui refletir sobre as formas de ensinar o tema da educação religiosa, as quais devem se adequar ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos das crianças e adolescentes. Essas formações devem ser organizadas ao longo do ano, abordando entre os profissionais temas que transcendem as práticas religiosas específicas, como ética e moralidade, filosofia da religião, história das religiões, cultura e tradições, religião e sociedade, espiritualidade e bem-estar, interseção entre religião e ciência, e o diálogo inter-religioso e intercultural.

De acordo com Oliveira e Riske-Koch (2021), em seu estudo sobre formação docente e ensino religioso em territórios latino-americanos, a influência da colonização na educação formal é evidente, com práticas que reproduzem ideias dos colonizadores. Essas práticas incluíam métodos de ensino, conteúdos curriculares e estratégias pedagógicas que promoviam a visão eurocêntrica dominante, desconsiderando as diversidades culturais e epistemológicas das populações nativas. Os autores destacam a importância de uma formação docente comprometida com a diversidade e a diferença, visando promover uma educação mais inclusiva e decolonial. Nesse contexto, a reflexão sobre as práticas e exercícios decoloniais torna-se fundamental para repensar o ensino religioso e sua relação com as diversas culturas presentes na América Latina, deixando assim evidente a necessidade de existir um foco no ensino religioso durante a formação inicial do professor e também na continuada. Afinal, assim como os alunos, os profissionais da área da educação necessitam constantemente dedicar-se ao estudo e aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos.

Outro fator a ser considerado como estratégia no ensino religioso é a utilização de recursos didáticos diversificados. Ao utilizar uma variedade de recursos que sejam além do livro didático, como materiais audiovisuais, textos religiosos, arte sacra, visitas a locais de culto e palestras com representantes de diferentes tradições religiosas, os educadores podem enriquecer a experiência de aprendizagem dos alunos. Essa diversidade de recursos não apenas cativa o interesse dos alunos, mas também os capacita a

explorar as complexidades das diversas expressões existentes. Além disso, ao inserir recursos diversificados, os docentes podem atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, permitindo uma a personalização do ensino e facilitando a construção de conexões entre os conceitos abordados em sala de aula e suas aplicações no mundo real.

Diniz, Carrião e Lionço (2010) compartilham em seu livro resultados de uma pesquisa realizada entre março e julho de 2009. Por meio de uma amostra de livros didáticos de ensino religioso em circulação no país, as autoras analisam como os temas da diversidade cultural e social, do proselitismo religioso e do pluralismo religioso são abordados. A análise se mostra relevante considerando a existência do livro didático como ferramenta central no processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas e privadas brasileiras. As autoras identificaram o etnocentrismo cristão se manifestar através do silêncio em relação à diversidade e a dificuldade de narrativa na representação dos grupos sociais indígenas, afro-brasileiros, evangélicos neopentecostais e das pessoas sem religião.

Como educador, é necessário não se limitar apenas ao conteúdo do livro didático, mas sim explorar alternativas para garantir que os alunos compreendam a essência do ensino religioso ético. Além do mais, deve-se considerar as diferentes faixas etárias dos alunos. Por exemplo, para crianças do Ensino Fundamental I com faixa etária dos 6 a 10 anos de idade, recursos como brincadeiras lúdicas, contação de histórias e jogos educativos podem ser mais adequados. Por outro lado, para alunos do ensino médio, debates em sala de aula, análise crítica de textos e projetos de pesquisa podem proporcionar uma compreensão melhor.

A abordagem interdisciplinar também pode ser considerada uma aliada valiosa, pois explora diferentes campos de estudo em sala de aula e ajuda a superar a fragmentação do conhecimento, evitando uma compreensão parcial de determinados assuntos. Essa abordagem é essencial para formar seres humanos críticos e participativos na sociedade, pois ao integrar conceitos e métodos de disciplinas diversas, como história, filosofia, literatura e ciências sociais, os alunos conseguem fazer conexões

significativas. Por exemplo, ao estudar a história de uma religião específica, os alunos também podem explorar aspectos geográficos relacionados a essa religião.

Por meio da interdisciplinaridade é possível enriquecer a abordagem do ensino religioso, que não será considerado apenas os aspectos teológicos e doutrinadores, mas sim, os históricos, sociológicos, antropológicos, filosóficos e psicológicos relacionados à religião. Quando os educadores adotam esse meio de abordagem, surgem interconexões com outras matérias e, com isso, pode-se ampliar a compreensão dos fenômenos religiosos, sendo assim, promovendo uma visão mais contextualizada da religião na sociedade. Além disso, a interdisciplinaridade estimula a reflexão crítica, a criatividade e a construção de conhecimento de forma colaborativa.

Existem diferentes propostas para se abordar a interdisciplinaridade, e algumas dessas propostas incluem a própria integração com outras disciplinas; a abordagem contextualizada, ou seja, contextualizar o ensino religioso, relacionando os conteúdos religiosos com questões contemporâneas; dilemas éticos diversidade cultural e social, promovendo uma reflexão crítica e interdisciplinar; diálogo inter-religioso, ou seja, estimular o diálogo entre diferentes tradições religiosas, promovendo o respeito à diversidade religiosa e a compreensão mútua, contribuindo para a formação de cidadãos mais tolerantes e inclusivos; enfoque nas habilidades para priorizar o desenvolvimento de capacidades como a formação de opiniões, a argumentação, a empatia, a resolução de conflitos e a tomada de decisões éticas, por meio de atividades realizadas em sala; e por fim, o planejamento pedagógico deve estar de acordo com essa abordagem.

Fazenda (2014) já defendia que a interdisciplinaridade contribui para enriquecer o aprendizado, preparando melhor os estudantes para os desafios maiores e mais complexos que possam vir a existir. Além do mais, promove a capacidade de aplicar conhecimentos de forma integrada em diferentes situações do cotidiano.

Para enfatizar sua importância, Marvila et al. (2024) cita:

“[...] Gadotti (2002), argumenta que a interdisciplinaridade pode ser uma estratégia eficaz para democratizar o ensino, tornando-o mais acessível e relevante para diversos grupos sociais. Gadotti (2002) enfatiza que uma educação verdadeiramente transformadora deve ultrapassar os limites acadêmicos estreitos e engajar-se com questões sociais, econômicas e culturais de forma coerente e integrada.” (Marvila et al., 2024 apud Gadotti, 2002, p. 05).

Ou seja, a abordagem interdisciplinar pode ser transformadora para os alunos, ultrapassando os limites da sala de aula e possibilitando o diálogo com questões sociais, econômicas e culturais. Ademais, a interdisciplinaridade é especialmente valiosa no ensino religioso pois permite um aprofundamento nos conhecimentos sobre diferentes religiões, ajudando a quebrar estigmas e preconceitos que os estudantes muitas vezes trazem consigo.

## **CONCLUSÃO**

As considerações finais deste estudo refletem primeiramente na temática das responsabilidades éticas do professor, ou seja, ficou claro que o ato de lecionar, especialmente no contexto do Ensino Religioso, é uma tarefa desafiadora que requer dos educadores uma abordagem sensível e inclusiva. Em um país laico e culturalmente diversificado como o Brasil, os professores devem promover uma educação que vá além da simples instrução teológica, integrando aspectos éticos, culturais, sociais e científicos conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A responsabilidade ética dos professores no Ensino Religioso é fundamental, especialmente em garantir a neutralidade e o respeito pela pluralidade religiosa. Isso é crucial tanto no sistema público de educação, que deve ser interconfessional e inclusivo, quanto nas escolas privadas confessionais, que embora possam ter uma afiliação religiosa específica, devem promover um ambiente de diálogo aberto e respeito mútuo. Ao reconhecer e respeitar a diversidade religiosa, os educadores não apenas cumprem um

papel vital na formação ética e moral dos alunos, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais tolerante e compreensiva.

Ao que se diz respeito aos desafios dos professores, é possível concluirmos que ensinar, especialmente no âmbito do ensino religioso, apresenta desafios complexos e multifacetados. O educador deve não apenas possuir conhecimento técnico, mas também estar filosoficamente e emocionalmente preparado para lidar com questões éticas e morais. A abordagem dinâmica e imparcial é crucial para tratar a religião como um campo de estudo científico, promovendo um ambiente de discussão madura e esclarecida. Essa preparação é fundamental para que os educadores não reproduzam argumentos do senso comum, mas sim incentivem os alunos a refletirem criticamente sobre temas profundos e contemporâneos.

Além disso, a laicidade do Estado brasileiro impõe um desafio adicional. Embora a teoria propusesse a separação entre instituições religiosas e o Estado, na prática, resquícios de um caráter moralizante ainda persistem nas escolas públicas. Para garantir uma educação verdadeiramente laica e inclusiva, é essencial oferecer alternativas pedagógicas de igual valor para todos os alunos, independentemente de suas escolhas em relação ao ensino religioso. Assim, é possível construir um ambiente educacional que respeite a diversidade e promova uma reflexão ética e moral crítica, preparando os alunos para a complexidade da sociedade contemporânea.

As estratégias dos professores conforme foi visto neste artigo servem para trabalhar o ensino religioso de maneira eficaz, os professores devem adotar uma abordagem inclusiva e neutra, promovendo o respeito e a compreensão entre as diversas tradições religiosas. É essencial conhecer as crenças e percepções prévias dos alunos, adaptando os conteúdos para refletir essa diversidade. O uso de metodologias ativas, como debates, estudos de caso e projetos interdisciplinares, pode enriquecer o aprendizado, incentivando a reflexão crítica e a expressão de opiniões. Além disso, a utilização de recursos audiovisuais, visitas a locais de culto e a colaboração com representantes de diferentes tradições religiosas proporcionam experiências práticas e enriquecedoras que ampliam o entendimento dos alunos.

A formação continuada dos professores e a troca de experiências com colegas são fundamentais para manter-se atualizado sobre novas tendências e metodologias. O ambiente de aprendizado deve ser seguro e acolhedor, permitindo que todos os alunos se sintam à vontade para expressar suas crenças sem medo de julgamento. O uso de plataformas digitais e aplicativos educacionais pode facilitar o acesso a materiais interativos e a comunicação entre alunos e professores. Por fim, a avaliação contínua e a reflexão sobre a prática docente são cruciais para ajustar as estratégias de ensino e garantir um desenvolvimento integral e ético dos alunos, preparando-os para serem cidadãos respeitosos e conscientes..

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CAMARGO, Raquel Adriano Momm Maciel de. O Ensino Religioso nas Escolas Privadas. **Sinepe On-Line**, Curitiba, 04 ago. 2015. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2022/02/PRATICAS-EDUCATIVAS-SOBRE-O-ENSINO-RELIGIOSO-EM-ESCOLAS-PUBLICAS-E-PRIVADAS.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- CARRIÃO, Vanessa; LIONCO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Laicidade e Ensino Religioso no Brasil**. Brasília: LetrasLivres, 2010. 112 p.
- CURY, C. R. J.. **Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente**. Revista Brasileira de Educação, n. 27, p. 183–191, set. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000300013>. Acesso em: 21 maio 2024.
- DANTAS, Douglas Cabral. O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 2, n. 4, p. 112-124, 31 maio 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/583>. Acesso em: 23 abr 2024.



FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Papirus, 2014.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí. **Compêndio do Ensino Religioso**. Petrópolis: Editora Sinodal, 2017. 408 p.

MARVILA, Nilziane Costa; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; MARTINS, Olavo Falcão; SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; VIANA, Silvanete Cristo. Tecendo saberes: a interdisciplinaridade como alicerce na formação de educadores religiosos. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 1-15, 29 abr. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.55905/revconv.17n.4-258>.

Revista Unitas, v.5, n.2 (n. especial), 2017. TAVARES, Geovana da Mata; GONÇALVES, Jorge Carvalho; SOARES, Lana Pereira. O ensino religioso como campo do saber interdisciplinar. *Revista Unitas*, v.5, n.2 (n. especial), p. 1-21, 2017

SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO EM UM MUNDO SECULAR. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 48, n. 169, p. 856-875, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145320>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTOS, Luzinete Rodrigues dos et al. A Educação Religiosa no ensino fundamental:: desafios e perspectivas à prática docente. *Pedagogia em Ação*, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan. 2009. Semestral.

SILVA, Edna da; MÜLLER, José Luiz. EDUCAÇÃO RELIGIOSA E ÉTICA. *Revista Eventos Pedagógicos*, Mato Grosso do Sul, v. 3, n. 2, p. 1-11, jun. 2022.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; RISKE-KOCH, Simone. Formação Docente e Ensino Religioso: exercícios decoloniais em territórios latino-americanos. **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 573-588, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27878>. Acesso em: 13 maio 2024.

---

[1] Doutrina que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação.

[2] Associação civil privada de abrangência nacional, fundada em 1995, que tem como objetivo discutir, formular e propor diretrizes para o ensino religioso nas escolas brasileiras.